

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 05/12/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AEAP	Maurício Magossi (T)
AERC	Melissa Pin Lucheti (T) Hélio Augusto Povoas Schmidt (S)
APTA Regional/URPD - Piracicaba	Cláudia Mira Attanasio (T)
ASSEMAE	Adriana Roberta Cândido (T) Ana Flavia Souza (S) Marisa Emiko Kawaichi (S) Renato Garofalo (S) Thais Regina Vicente (S)
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
CATI	Henrique Bellinaso (T) Melissa Pin Lucheti (S)
Consórcio PCJ	Débora de Paula Papani (S) Mariane Alves de Godoy Leme (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
DAE Jundiaí	Ana Paula Maria Regra (S) Cláudia Debrito de Campos (S) Maria das Graças Martini (S) Talita Rodrigues (S)
DAEV S.A	Pedro Ferreira Steola (S)
Elo Ambiental	Rosângela A. Martins Nogueira Grigolotto (T)
EMBRAPA	Pedro Gerhard (S) Sandra Furlan Nogueira (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
IAG/USP	Humberto Ribeiro da Rocha (T)
IPEL	Willian Barroso (S)
IPT	Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M de Campo Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M. de Iracemápolis	Simone Fernanda Zambuji (T)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (S)
P.M de Itupeva	João Paulo Vieira (T) Isabela Ferreira Maia (S)
P.M. de Jarinu	Ana Loren Lopes (S)

P.M de Limeira	Raquel Schimidt (T)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T) Renato Garofalo (T) Adriana Roberta Cândido (S)
SANASA	Ana Flavia Souza (S) Marisa Emiko Kawaichi (S) Thais Regina Vicente (S)
SANEBAVI	Mara Letelian Leite Reis (T)
SIMBiOSE	Nathalia Diniz Kammer (S)
TNC	Henrique Bracale (T)
UNESP IGCE	Beatriz Leonardo da Silva (S)
UNICAMP	André Luís Sotero Salustiano Martim (T)

Membros ausentes	
Entidades	
APTA/SAA	
DAE Santa Bárbara d'Oeste	
Diretoria de Ensino de Bragança	
Fundação Florestal	
IPÊ	
P.M. de Charqueada	
P.M. de Cordeirópolis	
P.M. de Indaiatuba	
P.M. de Itu	
P.M. de Jaguariúna	
P.M. de Louveira	
P.M. de Morungaba	
P.M. de São Pedro	
P.M. de Vinhedo	
SABESP	
SAEAN	
SEMAE	
SEMIL/DPFA	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
Agência das Bacias PCJ	Bruna Petrini
	Fabio Coca
	Felipe Requena
	Kaique Barreto
	Luclecia Soares

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 05/12/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

	Nathalia Corá
	Tainá Moura
	Vanessa Longato
Ambiente Charqueada	Kauane Custódio
SAAE Indaiatuba	Alex Augusto de Abreu Bovo

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos cinco dias do mês de dezembro de 2025 realizou-se por meio de videoconferência na plataforma do Google Meet, a 10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos presentes por meio de mensagem eletrônica em 28 de novembro de 2025. **2. Abertura da 10ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais e representante da Associação Ambiental Plantar (AAP) e do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA), que agradeceu a presença de todos e informou a existência de quórum para o início da reunião. **3. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **3.1. da Coordenação:** O Sr. João Demarchi informou sobre a sua participação no Workshop Internacional SUSTENTARE & WIPIS 2025, evento científico idealizado e realizado por integrantes da Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), Comitês e Fundação Agência PCJ. Comentou que em 2025, foi realizada a 6ª edição conjunta, com média de aproximadamente cinco mil inscritos por ano durante uma semana de atividades. Destacou que, em uma das mesas, foi proposta a participação de pesquisador do Instituto Agronômico (IAC) para apresentar dois aspectos relacionados à agropecuária regenerativa, conceito mais recente em comparação à sustentabilidade tradicional. Ressaltou que essa abordagem é mais ampla e valoriza os solos, considerando os recursos naturais essenciais para o armazenamento e infiltração de água, resistência à erosão, manutenção da estrutura física, química, microbiológica e promoção da fertilidade. Enfatizou que os solos bem manejados aumentam a

porosidade, tornam mais resistentes às intempéries, ao vento e à chuva, e favorecem a retenção e filtragem da água, aspectos diretamente relacionados à gestão de recursos hídricos e à proteção de corpos d'água, especialmente em áreas declivosas e marginais. Ressaltou o potencial das práticas regenerativas para mitigação das mudanças climáticas, por meio da incorporação de carbono nos solos e, quando integradas com florestas ou sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), contribuem para reduzir significativamente a emissão de gases de efeito estufa, tornando os sistemas produtivos neutros ou até positivos em termos de balanço de carbono. Ressaltou que essas ações demonstram como o setor agropecuário pode contribuir de forma significativa para a gestão hídrica e ambiental. Destacou que seria interessante retomar o tema em 2026, promovendo novas apresentações para reforçar a relação entre gestão hídrica, conservação de solos e restauração florestal. Mencionou que algumas experiências municipais já incluem programas de carbono, abrangendo tanto solos quanto florestas, integrados a boas práticas de gestão ambiental. Destacou a homenagem realizada ao IZ/APTA em razão dos 120 anos de existência, ressaltando o contexto de desafios enfrentados pela ciência no país. Apesar dessas limitações, destacou a importância de reconhecer o valor histórico da instituição, preservando o respeito e o reconhecimento pela ciência e pela pesquisa desenvolvida no país. **3.2 dos membros:** O Sr. João Demarchi questionou os membros sobre os informes, sendo: **a)** O Sr. Miguel Madalena Milinski, coordenador-adjunto da CT-Mananciais e representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR) informou sobre o sucesso da plantação inicial que ocorreu no dia 29/11/25 na Fazenda Água Branca no bairro rural Ajapi, referente ao Projeto Nascentes Rio Claro. Comentou que o projeto se localiza no Ribeirão Claro, manancial responsável por 40% do abastecimento público, e é considerado crucial devido à previsão de déficit hídrico e risco de paralisações na captação de água na região. Ressaltou que o plantio contou com a participação de cerca de 70 pessoas e mais informações adicionais estão disponíveis no site da Fundação Agência das Bacias PCJ ([link](#)). Destacou questões relacionadas à qualidade da água, mencionando a paralisação da captação na Estação de Tratamento de Água (ETA) 2, no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 05/12/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

rio Corumbataí, em razão da elevada turbidez. Ressaltou que a turbidez e os processos erosivos também representam desafios na microbacia onde o projeto está sendo executado; **b)** O Sr. Henrique Bellinaso, representante da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), relatou sua participação no evento de apresentação do "Mapa da Propriedade Rural Amiga da Água". Informou que o mapa é fruto de um trabalho coletivo entre os membros da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) e da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA), ambas dos Comitês PCJ. Comentou que o produto despertou interesse e entusiasmo nos participantes de diferentes comitês, evidenciando seu potencial de aplicação. Nesse sentido, ressaltou que o objetivo do mapa é abordar, de forma integrada, diversos aspectos ambientais relacionados aos recursos hídricos na propriedade rural, servindo como ferramenta de apoio à extensão rural na orientação e no acompanhamento dos produtores. Destacou que o evento teve caráter de apresentação e não de lançamento, uma vez que estão previstas para o ano de 2026 ações complementares, incluindo o mapeamento e a mobilização de atores da extensão rural na bacia (independentemente de serem vinculados a órgãos públicos, privados ou prefeituras), bem como a realização de capacitações específicas para o uso do material. Informou que, após essas etapas, será realizado um evento de maior porte para a divulgação oficial. Por fim, ressaltou que a estratégia busca capacitar previamente os extensionistas para constituir uma rede apta a utilizar o material, garantindo que o mapa seja acompanhado de ações educativas e evite que o recurso se torne apenas um material distribuído sem aplicação prática. Complementando, o Sr. Miguel explicou que a proposta inicial do documento consistia na elaboração de uma cartilha, a qual evoluiu para o formato de mapa como uma inovação, visando tornar a comunicação mais acessível e eficiente e evitar que o material se tornasse um documento de consulta restrita. Destacou que o formato adotado permite a compreensão imediata das informações por públicos diversos. Informou, ainda, que o lançamento oficial está previsto para o mês de junho de 2026. Acrescentou que a programação para o referido ano contempla diversas ações de capacitação, incluindo treinamentos voltados aos técnicos responsáveis pela entrega do material, às prefeituras e às equipes de

manutenção de estradas rurais (tema também abordado no mapa), com o objetivo de garantir a correta aplicação do conteúdo apresentado. **3.3 da Secretaria Executiva:** a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) iniciou os informes: **a) Alteração de representantes:** informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representantes das seguintes entidades: i. Consorcio PCJ: remoção da Sra. Priscila Marcon como representante suplente; ii. Prefeitura Municipal de Itupeva: inclusão do Sr. Marco Antonio Viana dos Santos e da Sra. Isabela Ferreira Maia para representantes suplentes. Como essa alteração é de entidade já participante, o informe é apenas para ciência sem a necessidade de aprovação dos membros da CT; **b) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** Destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento às metas do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) e do Planejamento Estratégico dos Comitês PCJ. A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2025. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização, fomentados ou não pelos Comitês PCJ ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal ([link](#)) de Capacitação da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **c) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** convidou os presentes para a próxima reunião dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo a 34ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1) no dia 11/12/2025, às 09h30, no

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 05/12/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

59º Batalhão da Polícia Militar, em Extrema/MG. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) do site dos Comitês PCJ; **d) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** A Sra. Tainá apresentou o calendário de reuniões da CT-Mananciais do 1º semestre de 2026, destacando que a próxima reunião está prevista para ocorrer no dia 13/02/2026, às 09:00, por videoconferência. Mais informações podem ser obtidas na [agenda](#) da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ.

4. Aprovação da Ata da 9ª Reunião Ordinária, realizada em 22/10/25, por videoconferência: Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 9ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 22/10/25 no Auditório Paulo Choji Kitamura, na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em Jaguariúna/SP. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos, abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta. Não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade.

5. Resultados da Oficina de Revisão da Política de Mananciais dos Comitês PCJ: O Sr. João Demarchi informou que a oficina foi realizada em 18/11/25, no Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP), em Piracicaba/SP. Ressaltou que o evento funcionou como um espaço de levantamento de ideias, promovendo discussões, sugestões e comentários considerados produtivos. Esclareceu que, a partir desse encontro, estabeleceu-se o prazo entre o final de 2025 e o início de 2026 para a organização, análise e consolidação das contribuições recebidas, visando agregar valor ao trabalho em desenvolvimento. Destacou, ainda, que algumas propostas iniciais foram validadas, enquanto outras demandam ajustes. Quanto ao cronograma para 2026, informou que permanece em aberto, com expectativa de conclusão no primeiro semestre, o que possibilitará a publicação da deliberação sobre a atualização da Política de Mananciais. Relembrou que a construção do modelo vigente envolveu discussões prévias no âmbito do Grupo de Trabalho Plano de Segurança da Água (GT-PSA), a elaboração do Termo de Referência (TR) e debates que se estenderam por cerca de dois anos. Na sequência, o Sr. João Demarchi

solicitou a manifestação dos presentes quanto à metodologia adotada, reconhecendo os desafios por tratar-se da primeira experiência nesse formato. Enfatizou a importância de estruturar adequadamente a simplificação de procedimentos relacionados aos Projetos Integrais de Propriedades (PIPs) e às questões envolvendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa de Regularização Ambiental (PRA) e o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas ou Alteradas (PRADA). Em seguida, os membros discutiram aspectos sobre a elaboração e simplificação dos PIPs, do PRADA e do CAR, bem como os prazos para execução das ações em campo. Foram destacadas ações de manejo do solo no âmbito da Política de Mananciais e parcerias com produtores rurais, com ênfase na proposta de contratos que assegurem a manutenção, por cinco anos, de práticas conservacionistas, como terraceamento e pequenas barragens. Complementarmente, debateu-se a estratégia para reduzir o tempo de execução dos PIPs, sugerindo-se que a Unidade Coordenadora de Execução (UCE) assuma a execução e a prospecção, substituindo o município como tomador, o que poderia reduzir o prazo de quatro para dois anos. Ressaltou-se, também, a necessidade de incluir na Política incentivos à elaboração de Planos de Manejo Integrado do Fogo (PMIF) e apoio à criação de unidades de conservação municipais e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Por fim, o Sr. João Demarchi avaliou que a oficina permitiu uma visão geral dos resultados e reforçou a estratégia adotada, destacando a necessidade de inclusão do programa de manejo do fogo, de monitoramento por indicadores e de estratégias que viabilizem a captação de recursos por outras instituições.

6. Manejo Integrado do Fogo (MIF) - TNC: O Sr. João Demarchi informou que estava prevista uma apresentação do Sr. Vinicius Gaburro De Zorzi, representante da The Nature Conservancy (TNC), contudo, devido à incompatibilidade de agenda, a apresentação foi adiada, ficando remarcada para a próxima reunião da CT, em 13/02/26.

7. Outros assuntos: Em seguida, o Sr. João Demarchi abriu a palavra para outros assuntos. Na sequência, a Sra. Nathalia Krammer, representante da Associação Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE) mencionou que Piracaia/SP, como cidade pioneira, apresentou em menos de um ano a

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 10ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 05/12/2025 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

implementação do PMIF, com melhoria tanto no combate aos incêndios quanto na abordagem das pessoas envolvidas nas queimadas e na gestão da paisagem. Destacou os resultados relevantes da Defesa Civil, que passou a adotar uma postura de diálogo com produtores e proprietários rurais para entender os motivos das queimadas e buscar alternativas, sem recorrer inicialmente à autuação. Informou que em 2025, não houve aplicação de multas nem reincidência nos locais de incidentes, demonstrando a eficácia dessa aproximação. Ressaltou que o município revisa sua legislação para adequar o uso das ferramentas do PMIF e tem promovido a participação social, com oficinas de construção de abafadores, envolvendo a população no processo. Mencionou a divulgação das ações pela SIMBiOSE e a participação em audiência pública na Câmara dos Vereadores de Nazaré Paulista/SP, apresentando os resultados do PMIF de Piracaia e incentivando a adoção do manejo integrado do fogo na região. Destacou dois eventos que foram realizados em Nazaré Paulista, abordando PIPs e Áreas de Proteção Ambiental (APAs), com foco na conservação e restauração de áreas de mananciais e na segurança do território. Comentou que foi apresentado o sistema de monitoramento por câmeras, parcialmente instalado em Piracaia, que já permitiu a detecção de incêndios e a atuação da Defesa Civil. Informou que o sistema conta atualmente com três câmeras em funcionamento e uma sala de situação, com previsão de expansão para cobrir toda a Serra do Itapetinga e entorno das cidades da região, melhorando o tempo de resposta aos incêndios. Na sequência, o Sr. Henrique Bracale, representante da TNC destacou que o sistema sozinho não é suficiente, sendo necessária a integração com brigadas formadas e treinadas. Nesse sentido, Piracaia serve como laboratório para observar como políticas públicas podem contribuir, incluindo linhas de financiamento para aquisição de equipamentos e capacitação de brigadas. Enfatizou a importância de incluir o manejo integrado do fogo na política vigente e de apoiar os municípios para viabilizar a execução efetiva de seus planos. **8. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais